



DIREITO DO TRABALHO



Estratégia
OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO DO TRABALHO

Olá, pessoal.

Sejam bem-vindos ao nosso segundo simulado na 2ª Fase da OAB.

Neste momento, você deve se colocar em treino em situação semelhante a que você se deparará no dia da prova.

Desta forma, já se organize para treinar por cinco hora, tempo que terá disponível também no grande dia.

Lembre-se que a correção do simulado acontecerá no Youtube do Estratégia OAB às 14h, conforme link:

<https://www.youtube.com/live/J3axa3lkYR0>

Logo, ainda não será o momento de me enviar o simulado para correção.

O vídeo ficará disponível para que possa assistir quando tiver disponibilidade, e sem qualquer prejuízo.

O PDF com o gabarito deverá ser disponibilizado na sua área do aluno, conforme cronograma, no dia 12/05.

Então, vamos ao treino.

Bons estudos,

Prof.ª Priscila Ferreira

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Marcelo Argento ajuizou reclamação trabalhista em 19/12/2023 (Processo nº 5789001-58.2023.8.27.0738), patrocinado por advogado particular, pelo rito ordinário, em face da empresa “EletriCar” LTDA.. Aduziu que foi admitido em 03/12/2018 e dispensado oficialmente em 13/01/2022, já com o cômputo do aviso prévio, quando desempenhava a função de vendedor de carros, na sede da empresa localizada na cidade de São Paulo/SP, percebendo salário mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) fixos. Esclarece, em sede de Reclamação Trabalhista, que logo após a sua admissão, foi transferido, de forma definitiva, para a filial da reclamada situada no Município de Criciúma/SCe que jamais recebeu qualquer pagamento a título de adicional de transferência. O autor alega, ainda, que desempenhava suas atividades de segunda a sexta-feira, das 11 às 20 horas, usufruindo de 60 minutos de intervalo para refeição e descanso. Por tal situação, em inicial trabalhista pleiteou adicional noturno por todo o interregno que laborou na reclamada. Por fim, alega ainda, que não gozou das férias referente ao período aquisitivo de 2019/2020, o que passa a pleitear de forma dobrada. Ressalta-se que o reclamante demonstrou em sua inicial, o fato de ter ficado afastado, nesse mesmo período, por 09 (nove) meses, com percepção de auxílio-doença.

Diante das razões expostas acima, postulou: a) Adicional Noturno; b) Adicional de Transferência; c) O pagamento em dobro das férias referente ao período aquisitivo de 2019/2020, acrescidas do terço constitucional; e d) Danos Morais.

QUESTÃO: Como advogado da empresa “EletriCar” LTDA., apresente a medida judicial apta a defender seus interesses.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01 – INÉDITA

A 25ª Vara do Trabalho de Planaltina prolatou uma sentença, em sede de Reclamação Trabalhista proposta por Adelson Santana, condenando o empregador ao pagamento de horas extras e adicional noturno.

A decisão não foi objeto de recurso por nenhuma das partes, o que permitiu o início da execução.

Em sede de execução, o empregador foi surpreendido com a cobrança de contribuição previdenciária, esta decorrente da condenação de horas extras e adicional noturno, mas que não haviam sido mencionadas na sentença.

Nesta situação, diante da omissão do julgado, poderia o magistrado exigir o pagamento das contribuições previdenciárias pelo empregador, ora executado? Justifique. (Valor: 1,25)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02 – INÉDITA

Théo Vieira foi contratado pela Transportadora “La Plata” Ltda. para exercer a função de motorista. Contudo, apesar da vasta experiência do obreiro, sofreu um grave e fatal acidente de caminhão, enquanto se dirigia a um cliente da empresa para uma determinada entrega, a ser feita no prazo de 20 minutos, sob pena da empresa ter que pagar uma multa ao cliente em questão.

Após a devida investigação policial, constatou-se que o caminhão não possuía condições para estar transitando pela cidade, uma vez que apresentava um claro desgaste em peças importantes, como os freios.

A esposa, ora viúva de Théo Vieira, Dona Dolores, em posse da certidão de dependentes do INSS, o contrata na condição de advogado para promover uma ação trabalhista frente a ex-empregadora de seu marido, a qual sequer pagou as verbas rescisórias devidas.

Na qualidade de patrono contratado por Dona Dolores, responda:

A) Diante da ação proposta por Dona Dolores, o magistrado do trabalho poderá fazer a habilitação dos sucessores, independentemente de inventário? Explique. (Valor: 0,65)

B) Quais são as verbas rescisórias devidas aos dependentes de Théo Vieira, frente ao seu falecimento? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03 – INÉDITA

Roger foi admitido pela empresa “Minha Lava-Louças é Tudo” Ltda. para exercer a função de operador de máquinas. Desde o início de seu contrato de trabalho, o empregado era responsável por manusear uma máquina que emitia ruídos acima dos limites de tolerância fixados pelo Ministério do Trabalho.

Por tal razão, Roger sempre recebeu adicional de insalubridade em grau médio (20%). Após cinco anos de labor, nestas condições, a empregadora optou por comprar novo maquinário para toda área fabril, com o objetivo de modernizar e dinamizar sua estrutura, aumentando, por consequência, a qualidade e quantidade de sua produção e, inclusive, sem que houvesse qualquer tipo de emissão de ruído. Deste modo, a empresa “Minha Lava-Louças é Tudo” Ltda. entendeu como correto o cessamento do pagamento de adicional de insalubridade a seus operadores de máquinas, e dentre estes, incluso, Roger.

Diante dos fatos apresentados, responda às questões a seguir, de forma fundamentada:

A) Caso o empregado estivesse exposto aos ruídos de forma intermitente, ainda assim, teria direito a receber o adicional de insalubridade? Justifique. (Valor: 0,65)

B) A empresa poderia negociar com o sindicato o enquadramento do grau de insalubridade a ser pago ao empregado, ainda que de forma diversa ao estipulado pelo Ministério do Trabalho? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04 – INÉDITA

Em fase de execução de sentença proferida pela 16ª Vara do Trabalho de Natal/RN, o magistrado expediu mandado para pagamento do débito exequendo no importe de R\$ 95.000,00 em desfavor da Empresa Comunidade da Vibe LTDA, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move Jaran Pereira. Determinou que o valor deveria ser pago em até 15 dias sob pena de incidência de multa no importe de 10% sobre o valor do débito, prevista na legislação processual vigente.

Diante da situação hipotética supra, responda:

De acordo com a jurisprudência atual, foi acertada referida multa? Justifique. (Valor: 1,25)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Sucesso,

Prof.ª Priscila Ferreira.